

AS CIDADES SÃO TERRITÓRIOS LIVRES PARA A LGBTfobia



Leonardo Lima Rousseff

A LGBTfobia no Brasil, não diferente de muitos outros países, foi reproduzida e institucionalizada pelo Estado, por ferramentas importantes do Sistema Patriarcal como as Igrejas e por um modelo de educação não emancipadora, estes fatores têm relação direta com a opressão contra a população LGBT no âmbito privado das famílias e das casas, mas principalmente nos espaços públicos de todas as cidades do nosso país.

Nas décadas de 80 e 90, com a tomada e crescimento das políticas neoliberais no país, o sistema capitalista busca uma conformação mercadológica para aquelas e aqueles que foram historicamente caçados e que resistiram à todas os ataques, “contribuírem” com o sistema, ou simplesmente, gerarem lucro. A criação de Nichos Mercadológicos é estrategicamente incentivada nesse período; as “Baladas GLS” (Simpatizantes para ampliar o horizonte consumidor) geraram um sentimento muito particular acortinado por uma barreira densa que ilude a comunidade LGBT, estes ambientes destinados às pessoas de determinada orientação sexual ou identidade de gênero geram o sentimento liberdade, exatamente o que buscamos todos os dias.

No início da década estes estabelecimentos eram afastados dos grandes centros e tinham suas entradas disfarçadas para não sofrerem

ataques e para não constranger a moral estabelecida. Digo nichos, por que estamos separados de toda a sociedade e por que a liberdade para demonstrar afetos, ser quem nós realmente somos e vestir o que queremos vestir, se restringe somente ao ambiente noturno e é resumida a alguns metros quadrados. Ao sair das baladas entramos conseqüentemente em um ambiente violento e opressor; somos violentados nas ruas, nos ônibus, nas escolas, no trabalho, na universidade. Estes espaços passam a garantir uma sensação de conforto e “ilusão de liberdade”, a contribuição com o sistema de arrecadação de mercado é real. E o que faremos até alcançar a liberdade plena, real, concreta? Sim, vamos às baladas, mas precisamos ir às ruas.

14 de dezembro de 2014. Claudio Eising, gay, 22 anos, cabeleireiro, é brutalmente atacado por dois homens que enquanto gritam “viado tem que morrer!”, desferem socos, chutes e facadas no jovem dentro de um ônibus em Curitiba.

Só faltaram aplaudir. Ninguém ajudou, ninguém fez nada além de olhar. Diante dos ferimentos e da indignação com essa sociedade com a qual vivemos... vim dizer que já estou bem, em casa me cuidando

20 de junho de 2015. Laura Vermont, travesti, 18 anos é espancada por 3 homens e alvejada por um dos dois policiais que vieram “prestar socorro”, Laura morreu no hospital.

Estes são casos exemplificativos sobre o cunho das mortes que acontecem a cada 28 horas contra a população LGBT no Brasil. Sem deixar de lado o caso da Boate Pulse, nos Estados Unidos, que vitimou 50 pessoas e deixou outras dezenas gravemente feridas.

Para além desta liberdade hiper-restrita, coloca-se um mercado de trabalho formulado nos moldes dos ideais burgueses de exploração, que determinam para diversas funções a necessidade da “masculinidade e virilidade” do homem e a “delicadeza e feminilidade” da mulher, onde as pessoas que não se encaixam em nenhum desses dois perfis de personalidade devem se submeter a campos onde a exploração é maior.

Espelho desta realidade é a composição de um Congresso Nacional extremamente conservador, que barra avanços e impulsiona políticas agressivas e fundamentalistas. A campanha dos evangélicos pela participação na política surtiu grande efeito, passou de dois deputados em 1982, para 78 em 2010. Hoje, legislam como se estivessem nas eras medievais. Devemos estar atentos também à representação política, tanto ao elaborar políticas públicas quanto ao nos inserirmos nas esferas de representação do sistema político eleitoral, afinal, quem paga a banda escolhe a música, e nós estamos cansados de ouvir o hino da violência e da morte.

Tendo pensar que a maior referência do movimento LGBT mundial seja a Revolta de Stonewall, 1969, Nova Iorque. Foram seis dias de resistência contra a polícia que além das frequentes extorsões, criminalizavam as e os frequentadores do bar The Stonewall In, batalha que inspirou as 10 mil pessoas que compareceram no ano seguinte para comemorar a vitória, e outras milhões de pessoas LGBT pelo mundo a aderirem à luta em seus países na busca por mais direitos e também pelo acesso à cidade.

As lutas travadas pelo movimento LGBT desde o século XX pela conquista destes Direitos Cíveis e políticos, não devem ser vistas como o “fim”, mas como o meio para conseguir a paridade formal de direitos na ordem jurídica desse sistema democrático. É urgente a questão da criminalização da LGBTfobia, para dialogar amplamente com a sociedade sobre a necessidade de desconstruir estes padrões de normalidade que nos jogam à margem das relações humanas, prestar amparo às vítimas de qualquer tipo de violência motivada contra a identidade

de gênero e orientação sexual, desenvolver políticas públicas em diversos campos para a população LGBT e não perpetuar o costume de permitir que os agressores sejam deixados impune, a aprovação da Lei de Identidade de Gênero, a mudança da grade curricular por meio do Ministério da Educação nos colocando em outro patamar cultural e educacional no sentido da emancipação, a discussão profunda sobre a inserção das travestis e transexuais no mercado formal de trabalho, sobre a representatividade dentro das esferas político eleitorais, dentre tantas outras bandeiras de luta que representam um projeto de Brasil mais Humano que considere e respeite as lésbicas, com os gays, bissexuais, as travestis e pessoas trans.

A luta pela conquista de mais direitos cíveis e políticos está situada o campo da emancipação política, da luta para galgar a igualdade formal de direitos que pode ser alcançada ainda nesse sistema democrático capitalista, mas que não garante a liberdade plena.

A emancipação política de fato representa um grande

progresso; não chega a ser a forma definitiva da emancipação humana em geral, mas constitui a forma definitiva da emancipação humana dentro da ordem mundial vigente até aqui. Que fique claro: estamos falando aqui de emancipação real, de emancipação prática (MARX, 2010, p. 41).

Mesmo quando chegarmos a este modelo de igualdade estará presentes ainda as opressões e as contradições, pois o arranjo econômico excludente que está colocado como pano de fundo será o mesmo, estaremos apenas mais preparados para atenuá-las ou para confrontá-las, mas não para não mais senti-las. Cabe salientar ainda que os direitos são produtos do movimento promovido por nós.

Assim como a religião não cria o homem, mas é o homem quem cria a religião, não é também a Constituição que cria o povo, mas o povo que cria a Constituição. (Crítica da Filosofia do Estado de Hegel)

Mais do que ter o conhecimento de que é necessária a

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”.
(MARX, K)

união do conjunto dos movimentos LGBT e das suas bases, é central entender o principal caráter da sociedade em que vivemos. Enxergo o mundo sob o prisma do Estado de Classes e da Luta de Classes, a tarefa que está colocada é situar estas lutas no sentido do pertencimento a uma classe trabalhadora e a consciência de que fazemos também parte desta classe que é oprimida e explorada.

Se a emancipação política não pode ser o ponto de encerramento das batalhas que travamos é legítimo considerá-las como uma preparação à transição, o que são as reivindicações que fazemos sobre reformas democráticas que envolvam as estruturas de dominação como a da Comunicação, a Política, a Tributária se não a preparação para um momento ainda maior. Reivindicamos a Democracia como o bem mais valioso a todo povo brasileiro por que é neste ambiente que temos a possibilidade de nos organizamos, que temos a possibilidade de denunciar e

desconstruir o sistema.

Por isso, devemos conhecer uma forma mais avançada de emancipação, a humana, que se faz exatamente no campo da consciência de classe. O reconhecimento de que as opressões machistas, LGBTfóbicas, racistas são apenas para nos dividir e nos enfraquecer, e para não deixar desnudo esse sistema cruel da exploração do homem pelo homem, da fome, da pobreza intelectual.

Mas a emancipação humana só estará plenamente realizada quando o homem individual real tiver recuperado para si o cidadão abstrato e se tornado ente genérico na qualidade de homem individual na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais, quando o homem tiver reconhecido e organizado suas “forças propres” (forças próprias) como forças sociais e, em consequência, não mais separar de si mesmo a força social na forma da força política (MARX, 2010, p. 54).

Antes de poder emancipar os outros, precisamos emancipar-nos (MARX, A questão judaica, p.15)

É para que neste período de transição, o Socialismo, nós tenhamos condições reais de dialogar com as massas através desses mecanismos popularizados frutos das lutas democráticas, para que todo o povo brasileiro tenha consciência de que a homofobia, a lesbofobia, a bifobia e a transfobia são produtos de um sistema que precisa ser destruído, não cabe somente emancipar-nos e não emancipar a sociedade.

Nossas batalhas devem ter rumo, e o rumo é a construção desse novo modelo de sociedade solidária, igualitária e livre de quaisquer tipos de opressões. Em suma livre deste sistema econômico-patriarcal e com outra perspectiva sobre o trabalho que não a mais valia e o moralismo.

“As revoluções são as festas dos oprimidos e explorados”.
(LENIN, V)